

Apresentação

Apresentamos ao leitor a terceira edição do BOJUR (Boletim Jurídico Sindical). Nessa edição destacamos a notícia acerca da operação que resgatou mais de 200 pessoas em condições análogas a escravidão no Rio Grande do Sul. Em destaque também a proposta de reforma sindical apresentada pelas maiores centrais sindicais do país: CUT, Força Sindical e UGT. Há também notícias sobre conquistas e ações do movimento sindical na justiça, com destaque para a luta dos metalúrgicos do Sul Fluminense que haviam conquistado a reintegração dos membros da Comissão de Fábrica demitidos, mas a decisão foi suspensa liminarmente pelo TST. Além disso, notícias sobre diversas categorias como petroleiros, portuários, nutricionistas e servidores federais. Boa leitura e vamos à luta!



Aderson Bussinger e Ferdinando Nobre

SUMÁRIO

- . Operação resgata mais de 200 pessoas em condições análogas à escravidão em vinícolas no RS*
- . Centrais sindicais abrem debate acerca de proposta de Reforma Sindical*
- . TST suspende liminarmente a decisão de reintegração da Comissão de Trabalhadores da CSN*
- . Governo federal negocia retomada em fábrica da Ford na Bahia*
- . Sindipetro Caxias ajuíza ação coletiva por danos morais em razão de alimentação estragada servida aos trabalhadores*
- . TRT da 10ª região determina que MTE registre sindicato de guardas portuários*
- . Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro assina Convenção Coletiva de Trabalho com reajuste de 5,93% para o segmento de Refeições Coletivas*
- . Governo Federal reinstala Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em cerimônia realizada dia 28, terça*
- . Governo Federal adia apresentação de contraproposta de reajuste a servidores*

Nacional

Operação resgata mais de 200 pessoas em condições análogas à escravidão em vinícolas no Rio Grande do Sul

Empresa prestava serviço para grandes vinícolas como Aurora, Garibaldi e Salton



Uma operação conjunta da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o Ministério Público do Trabalho (MPT-RS), a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal resgatou, na noite do dia 22, trabalhadores em situação análoga à escravidão que atuavam na colheita de uvas e no abate de frangos em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha.

Mais de 200 pessoas estavam submetidas a um regime de trabalho análogo a escravidão, em condições insalubres de alojamento, recebendo alimentação precária, sem receber salários e forçados a trabalhar por 15 horas diariamente. A empresa que mantinha os trabalhadores nessas condições fornecia mão-de-obra para grandes vinícolas da região, como Aurora, Garibaldi e Salton.

O responsável pela empresa foi preso e liberado após o pagamento de fiança no valor de 40 mil reais. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) analisará caso a caso os direitos trabalhistas de cada trabalhador para buscar a devida compensação pelos trabalhos realizados no período. O MTE declarou também que as vinícolas que utilizaram a mão-de-obra em condições análogas à escravidão poderão ser responsabilizadas e arcar com o pagamento dos direitos dos trabalhadores.

Fonte: Brasil de Fato e Carta Capital

Centrais sindicais abrem debate acerca de proposta de Reforma Sindical

As entidades pretendem apresentar um Projeto de Lei ao Congresso Nacional até abril de 2023

Segundo publicou o jornal Folha de São Paulo, as principais centrais sindicais do país, CUT, Força Sindical e UGT, estão elaborando um projeto de reforma sindical que deverá ser apresentado ao Congresso Nacional sob a forma de projeto de lei até abril do presente ano.

A primeira versão do documento inclui entre as propostas de alterações a criação de uma agência pública de autorregulação das relações de trabalho, definição de uma linha de corte mínima para a representação sindical e limite de mandatos. Os objetivos, ainda segundo as centrais, são desestimular a criação e manutenção de sindicatos com poucos filiados, bem como impedir a perpetuação de dirigentes a frente das entidades sindicais. As centrais afirmam ainda que esse primeiro esboço servirá de base para iniciar o debate com os sindicatos, categorias e o Ministério do Trabalho e Emprego e que o projeto final refletirá o acúmulo dessas discussões.



Fonte: Folha de São Paulo

Metalúrgicos

TST suspende liminarmente a decisão de reintegração da Comissão de Trabalhadores da CSN

Empresa recorreu após decisão em primeira instância que a condenou por atos antissindiciais e determinou reintegração da Comissão de Trabalhadores ser mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho



No dia 04 de março, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) acatou o pedido em caráter liminar da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e suspendeu a decisão que determinava a reintegração dos trabalhadores membros da Comissão de Trabalhadores da CSN.

Anteriormente, no dia 15 de fevereiro a Juíza do Trabalho de Volta Redonda, Dra. Monique Kozlowski, julgou procedente a ação de reintegração movida pelos advogados da então oposição metalúrgica, atual diretoria do sindicato, considerando as demissões um

ato arbitrário da empresa com a intenção de intimidar e constranger os empregados. Afirmou ainda em sua decisão, a magistrada, que a postura da empresa consiste em um ato abusivo e se configura como conduta antissindical, violando os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho. A CSN recorreu, mas a decisão foi ratificada em segunda instância pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Após recorrer novamente, agora ao TST, a CSN conseguiu suspender em caráter liminar a reintegração dos trabalhadores da Comissão. Para Aderson Bussinger, um dos advogados da Comissão responsáveis pela ação de reintegração, “as vitórias na justiça em primeira e segunda instância confirmam aquilo que já havíamos dito: a comissão dos trabalhadores é legítima e qualquer ação da empresa para intimidar o direito a organização sindical dos trabalhadores deve ser amplamente repudiada pela justiça e pela sociedade. Vamos seguir na luta para derrubar essa liminar e garantir que a decisão definitiva reafirme a reintegração dos companheiros da Comissão de Trabalhadores. Está de parabéns a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense por acreditar no direito a organização e na luta da classe trabalhadora”.

Fonte: Portal do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense

Metalúrgicos

Governo federal negocia retomada em fábrica da Ford na Bahia

Informação foi divulgada no dia 25 pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), através do Twitter

O governo federal está negociando a reabertura da antiga fábrica da Ford, em Camaçari (BA). A informação foi divulgada pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, no Twitter, no dia 25, sábado.

Em 11 de janeiro de 2021, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), a Ford anunciou que iria interromper a produção de veículos no Brasil, o que acarretou o fechamento da planta que mantinha em Camaçari (BA), onde eram produzidos os modelos Ka, Ecosport e outros. Na ocasião, a fábrica empregava 4.000 trabalhadores e já funcionava há mais de 20 anos.

A expectativa agora dos metalúrgicos da região é que a negociação entre o governo federal e a montadora possa progredir nos próximos dias culminando com a retomada dos investimentos no país e a produção de veículos na planta de Camaçari (BA).

Fonte: UOL Notícias

Petroleiros

Sindipetro Caxias ajuíza ação coletiva por danos morais em razão de alimentação estragada servida aos trabalhadores

Departamento jurídico do sindicato entrou com ação na 2ª vara do trabalho de Duque de Caxias no dia 16 de fevereiro

O departamento jurídico do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias (Sindipetro Caxias) protocolou, no dia 16 de fevereiro, ação civil coletiva, em face da Petrobrás, pleiteando indenização por dano civil coletivo devido a alimentação imprópria servida aos trabalhadores.

Segundo a diretoria da entidade, inúmeras irregularidades têm marcado a prestação do serviço de alimentação aos trabalhadores da refinaria de Duque de Caxias (REDUC), tais como: alimentos crus ou queimados; alimentos estragados; alimentos fora do prazo de validade; e sujeira e insetos presentes nos alimentos.

Em face dessa situação a diretoria tem mobilizado os trabalhadores e negociado com a empresa uma solução, bem como acionou, através de seu departamento jurídico, a justiça, pleiteando indenização em razão dos danos causados aos trabalhadores submetidos a essa situação vexatória. A Justiça do Trabalho ainda não agendou audiência.

Fonte: Sindipetro Caxias



Portuários

TRT da 10ª região determina que MTE registre sindicato de guardas portuários

Entidade foi formada a partir do desmembramento do Sindicato dos Portuários do Rio, que questionou o registro sindical junto ao MTE. Cabe recurso da decisão

No dia 10 de fevereiro, o Tribunal Regional da 10ª região declarou nulo o ato administrativo que vetava o registro do Sindicato dos Guardas Portuários empregados de Autoridade Portuária dos Municípios de Arraial do Cabo, Angra dos Reis, Itaguaí, Niterói e Rio de Janeiro e determinou ao Ministério do Trabalho que efetue o registro sindical provisório daquele. Da decisão cabe recurso ordinário.

A entidade sindical foi criada a partir do desmembramento da base do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos portos do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como Sindicato dos Portuários do Rio. O Sindicato dos Portuários havia conseguido, junto ao Ministério do Trabalho, portaria que impedia o registro do Sindicato dos Guardas Portuários. No entanto, a decisão judicial supracitada anulou essa portaria e exigiu que o Ministério do Trabalho e Emprego registre provisoriamente a nova entidade.

Para Aderson Bussinger, do Departamento Jurídico do Sindicato dos Portuários: “Infelizmente a decisão desconsiderou o histórico de unidade dessa categoria. O princípio da especificidade não deve servir de instrumento a uma excessiva fragmentação das bases sindicais, sob pena de fragilizar a capacidade de negociação dos sindicatos. No caso em tela, os guardas empregados da autoridade portuária sempre foram parte ativa e integrante da vida do Sindicato dos Portuários, participando de todas as campanhas da entidade e inclusive ocupando, atualmente, a vice-presidência. O desmembramento, nesse caso, favorece apenas a patronal e fragiliza a luta dos trabalhadores. Por essa razão, lamentamos a decisão e faremos o que estiver ao nosso alcance para revertê-la”.

Fonte: Departamento Jurídico do Sindicato dos Portuários

Nutricionistas

Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro assina Convenção Coletiva de Trabalho com reajuste de 5,93% para o segmento de Refeições Coletivas

Convenção assinada no dia 13 de fevereiro garante uma série de direitos para os nutricionistas do segmento de Refeições Coletivas no estado do Rio de Janeiro

O Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro (SINERJ) assinou, no dia 13 de fevereiro, Convenção Coletiva de Trabalho junto ao SINDERJ, sindicato patronal do segmento de refeições coletivas, definindo a data-base da categoria no dia 1º de janeiro e estabelecendo reajuste de 5,93% a contar da data-base. Além disso, o acordo coletivo fixou o piso salarial desse segmento da categoria no estado em R\$ 4.100,80 (quatro mil e cem reais e oitenta centavos).

A Convenção garante direitos para todos os nutricionistas do referido segmento. Entre as conquistas obtidas, a convenção estipulou parâmetros para o trabalho noturno, insalubre e de risco, bem como fixou os adicionais correspondentes aos quais faz jus o trabalhador que laborar nessas condições. Ao trabalhador que laborar das 22 às 05 horas será pago adicional de 35%. Àquele trabalhador que laborar em condições insalubres, exercendo função em hospitais ou setores industriais, por exemplo, será pago adicional no mesmo grau praticado pelo tomador desses serviços. Já o trabalhador que se encontra em situação de risco fará jus ao adicional de periculosidade no valor de 30%.

O acordo obriga também as empresas a pagarem vale-compras e a garantirem assistência médica aos nutricionistas, entre outros benefícios. Uma boa notícia aos nutricionistas que recém reergueram seu sindicato e já começam a colher os frutos com estas conquistas.

Fonte: Assessoria jurídica do SINERJ

Nutricionistas

Governo Federal reinstala Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em cerimônia realizada dia 28, terça

Evento contou com a presença do presidente Lula



participação de autoridades do governo federal e entidades da sociedade civil organizada ligadas ao tema da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Criado em 1993 no governo Itamar Franco, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi desativado por Fernando Henrique Cardoso, reativado por Lula em 2003 e extinto em 2019, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O colegiado é composto por 57 conselheiros e 28 observadores convidados, não remunerados por essa participação, sendo um terço de representantes do governo e dois terços da sociedade civil organizada.

Fonte: Portal do Conselho Federal de Nutricionistas

Servidores Federais

Governo Federal adia apresentação de contraproposta de reajuste a servidores

Servidores Federais haviam enviado proposta de reajuste de 13,5% a partir de março no dia 24

No dia 24 de fevereiro, servidores federais enviaram, através de suas entidades, uma contraproposta de reajuste salarial de 13,5%, a valer a partir de março deste ano. A proposta apresentada anteriormente pelo Ministério da Gestão e da Inovação no Serviço Público era de 8%, também a partir de março.

A partir da apresentação da contraproposta dos servidores apresentada no dia 24, o governo federal havia se comprometido a apresentar, no dia 3 de março, uma resposta. Entretanto, o governo adiou em dois dias a apresentação da nova proposta, argumentando não dispor de tempo suficiente para formulá-la. Assim, a contraproposta do governo deve ser apresentada no dia 07 de março quando ocorrerá nova reunião da Mesa Permanente de Negociação.



O orçamento federal para esse ano prevê 11,2 bilhões de reais para o reajuste dos servidores, o que, segundo o governo, é suficiente para garantir o reajuste de 8% mais o aumento de 200 reais no vale-alimentação. O governo afirma que, apesar do pouco espaço no orçamento para o reajuste, pretende dialogar. Já para as entidades sindicais o governo poderia garantir os 13,5% de reajuste através de remanejamentos no orçamento e uso de reserva de contingência disponível para órgãos federais.

Fonte: Extra